

Visão da semana: à espera do novo plano

Apesar dos feriados de carnaval, o noticiário econômico da semana passada não perdeu seu aspecto conturbado dos últimos tempos. Enquanto o ministro Dílson Funaro peregrinava pela Europa e pelos Estados Unidos procurando acentuar o caráter político da moratória, uma série de acontecimentos internos favorecia a criação de novas expectativas.

A viagem do ministro da Fazenda não trouxe novidades. Os credores, com os quais manteve contato, foram praticamente unânimes em recomendar a adoção de um novo programa econômico que viabilize o pagamento dos juros da dívida externa, ao mesmo tempo em que insitiram num acordo com o FMI. A rigor, Funaro não encontrou qualquer manifestação de apoio declarado a favor da moratória, contrariando talvez suas expectativas. Sem progressos nesse terreno, as atenções voltaram-se para o plano doméstico, justificadamente.

Afinal, ganhou destaque a notícia de que o ministro João Sayad havia preparado um novo plano para a economia, cujos detalhes ainda precisam ser melhor conhecidos. As grandes linhas da proposta são praticamente aquelas que vinham sendo apregoadas, em maior ou menor grau, por alguns críticos do Plano Cruzado e contemplam medidas ortodoxas como o corte dos gastos públicos, um retorno progressivo às leis de mercado e uma nova política salarial, desta vez sem gatilho.

Aparentemente, o projeto foi bem recebido pelo presidente José Sarney, mas precisa de respaldo político e é justamente isso que passou a ser negociado desde o final da semana. Não foi determinado um prazo

para sua entrada em vigor, mas a intensificação dos sinais de recessão poderá talvez apressá-lo.

Começam a crescer os pedidos de falências e concordatas e uma região como o ABC paulista já registra números nada desprezíveis de quebra de empresas. Falta uma adequação entre preços — ainda em processo de realinhamento — e taxas de juro, estas permanecendo na faixa de 25% ao ano acima da variação das LBC. Com a reindexação agora generalizada (depois que a OTN foi finalmente corrigida, passando a valer Cr\$ 181,61), o governo precisa tomar cuidado redobrado para não promover à volta da inflação inercial que justificara o Plano Cruzado.

Entre as correções de rumo esperadas, aguarda-se algo relativo à taxa de câmbio, bastante defasada frente à inflação. A necessidade de recuperar as exportações torna-se mais premente à medida que alguns produtos tradicionais da pauta se revelam enfraquecidos. O caso mais notório é o do café, sobretudo depois do fracasso das negociações em Londres, para a volta do esquema de cotas. Aliás, o setor agropecuário também carece de definições: os produtores continuam rebelando-se contra a alta dos custos financeiros e as autoridades ainda não esquematizaram um plano para a pecuária de corte e para as exportações de carne.

Com isso, voltam a pairar incertezas de curto prazo, pois a economia se encontra premida pela renegociação da dívida e pela aprovação do plano Sayad, este último podendo representar finalmente o caminho dos ajustes que se impõem desde meados de 1986.